

Governo cria rede de proteção para crianças e adolescentes no Carnaval

Sedese articula entidades de assistência social e conselheiros tutelares da Região Metropolitana de BH para atuar no período festivo 21 de Fevereiro de 2019 , 13:38

Atualizado em 21 de Fevereiro de 2019 , 13:45



A Secretária de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), que reúne as áreas da Assis

tência Social, Trabalho, Direitos Humanos e Esportes, acaba de estabelecer uma estratégia para o período de Carnaval. Junto a gestores de assistência social e conselheiros tutelares de 16 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), foi determinada a formação de uma rede de proteção da criança e do adolescente para atuação no período festivo.

Em encontro na Cidade Administrativa, promovido pela Coordenadoria Especial de Políticas Pró Criança e Adolescente (Cepcad), da Sedese, participaram os municípios escolhidos por ter o maior número de intercorrência de crianças e adolescentes no Carnaval, juntamente com a capital mineira. A ideia é que todos tenham uma ação coordenada contra o trabalho infantil e outras situações de risco, como abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Além da criação de uma rede de comunicação entre os municípios, a Sedese também reforçou a importância da parceria e boa articulação entre as entidades de assistência social, os conselhos tutelares dos municípios e demais atores que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), para que ocorra a proteção integral às crianças e adolescentes.

A responsável pela Cepcad, Eliane Quesada, reforçou que a intenção é que o tema não seja discutido apenas nas épocas de festa, mas também que seja uma ação contínua dos atores do SGD que compõem as redes municipais e por toda a sociedade.

Para ampliar as ações de proteção em toda Minas Gerais, a coordenadoria promove, no dia 28/2 (quinta-feira), uma videoconferência com o tema "Proteção integral de crianças e adolescentes durante o Carnaval de 2019". Realizada por meio da [Rede Uaitec](#), a capacitação visa atingir ao Sistema de Garantia de Direitos dos 853 municípios mineiros.

[Enviar para impressão](#)